

BC sinaliza juro acima de 10%; ata do Copom reforça piora no cenário fiscal

Ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada nesta quarta-feira (3/11), reforça preocupação com piora no cenário fiscal

VB Vera Batista

postado em 04/11/2021 06:00

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada, ontem pelo Banco Central, mostrou uma estratégia arriscada do BC, na avaliação de analistas. Na semana passada, o Copom elevou a taxa básica da economia (Selic) de 6,25% para 7,75% ao ano devido à alta nas projeções para a inflação deste ano e dos próximos dois anos e às dúvidas em relação ao futuro das medidas de ajuste fiscal. Desse modo, conforme o comunicado da autoridade monetária, a Selic continuará subindo em 2022. Ficará em dois dígitos, principalmente, no segundo semestre do próximo ano, em meio às eleições presidenciais.

De acordo com analistas do mercado financeiro, o "populismo fiscal" do governo Jair Bolsonaro (sem partido), tem ajudado a piorar as perspectivas para 2022, ano em que se prevê acirrada disputa entre os candidatos e com tensões entre a equipe econômica e a ala política para elevação desenfreada de despesas e sérias consequências para o retorno da atividade e do crescimento econômico.

O economista César Bergo, sócio-consultor da OpenInvest, avaliou que a afirmação da autoridade monetária mostrou grande correlação com o que se observa, na prática, com os pilares da economia: descontrole inflacionário; descontrole cambial; e desequilíbrio fiscal. Dessa forma, segundo ele, para conter as constantes instabilidades, o Copom elegeu a forte elevação da Selic como antídoto para as questões do descontrole monetário. "Estratégia muito arriscada", considerou. "Juros altos podem causar enormes limitações ao crescimento do país, pois encarece financiamentos e empréstimos e provocam o descontrole das dívidas das empresas e das famílias", acrescentou.

Bergo lembrou que há, também, outro efeito nefasto da alta acelerada da Selic: o aumento nos custos de endividamento do governo, que se vê obrigado a pagar juros cada vez maiores. Ele prevê que a Selic encerrará dezembro em 9,5% ao ano, passando para 7,5% no fim de 2022, devido ao "arrefecimento da inflação que deve chegar a 6% no fim de 2022".

Deterioração

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, lembrou que o que se observa, a cada semana, é uma deterioração das expectativas para o crescimento econômico, em 2022. "Em termos de inflação, as expectativas também têm se deteriorado um pouco, porém, ainda por enquanto, estão dentro do limite máximo, para o ano que vem, embora com risco de extrapolar o teto. Por isso, o BC tem aumentado o ritmo de alta dos juros". E esse ritmo deve continuar até fevereiro de 2022, para uma Selic de 10,25% ao ano, segundo ele.

Agostini salientou que a grande preocupação de agentes econômicos, consumidores, investidores e setor empresarial é a drástica queda do poder compra. "Por outro lado, tem o governo flertando com o populismo fiscal, com essa história de querer dobrar o valor do Auxílio Brasil (para R\$ 400 mensais), sem a contrapartida

de recursos. Então, isso tende a desarrumar toda a expectativa macroeconômica. As eleições, nesse cenário, nada mais são que um calendário, porque o efeito econômico está acontecendo agora", reforçou.

André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos, assinalou que a ata do Copom não trouxe muitas novidades em relação ao comunicado da semana passada. Ele destacou que o Comitê avaliou cenários com ritmos de ajuste maiores do que 1,50 ponto percentual. "Prevaleceu, no entanto, a visão de que trajetórias de aperto da política monetária com passos de 1,50 ponto percentual, considerando taxas terminais diferentes, são consistentes, neste momento, com a convergência da inflação para a meta em 2022, mesmo considerando a atual assimetria no balanço de riscos". Para ele, "a questão na mesa não é a velocidade do ajuste, mas a magnitude total". "Mantemos nossa projeção de Selic em 11,5% ao fim do ciclo", afirmou.